

MUNDO DO TRABALHO E TRABALHADORES NA ESCRITA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

Adson Rodrigo Silva Pinheiro¹

Alexandra Sablina do Nascimento Veras²

Em um contexto em que o campo do patrimônio tem sido cada vez mais imerso em novos problemas e objetos emergentes das novas demandas de grupos e sujeitos sociais, é importante refletir não apenas como a produção dos patrimônios culturais ocorrem, a partir do conflito constante das ações de lembrar, esquecer e silenciar, mais ainda dos tensionamentos que a própria noção de patrimônio tem passado na contemporaneidade.

Nesse sentido, o patrimônio é redefinido não simplesmente como uma coisa ou lugar, ou mesmo parte de um evento pretérito, mas sim como um processo cultural envolvido na performance e negociação de valores culturais, narrativas, memórias e significados. O estudo dos patrimônios culturais associados ao trabalho, ao cotidiano, e as experiências de trabalhadoras e trabalhadores, com ênfase nos aspectos relacionados à memória social e as identidades de sujeitos, ainda são pouco aprofundados no âmbito das políticas de preservação do patrimônio.

Por patrimônio entendemos não apenas artefatos materiais, edifícios, locais, sítios e monumentos reconhecidamente tombados pelo Estado, mas também as tradições intangíveis relacionadas à capacidade de autoexpressão das pessoas e dos coletivos se perceberem enquanto classes trabalhadoras e valorizar toda a produção cultural elaborada a partir dos seus saberes, fazeres e modos de viver sob o cotidiano nos diferentes ambientes de trabalho. Além disso, falar de patrimônio e das memórias do trabalho e dos trabalhadores é ainda estar atento às maneiras pelas quais elas se baseiam no passado e nos sentidos de lugar e tradição, para reinterpretar e retrabalhar a sua identidade contemporânea, especialmente diante das mudanças econômicas, sociais e políticas que

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGHIS – UFRJ.

deterioram os laços duradouros de solidariedade e de identidades de classe e quebram laços afetivos que se constituíram e instituíram uma memória coletiva.

Gostaríamos também de chamar atenção que ao analisar qualquer patrimônio que faça referência a questões de classe, trabalho e “desindustrialização” é preciso evitar distorções e interpretações equivocadas, do imperativo moral e ético, de considerá-los estritamente como objeto identificados como ultrapassados, desatualizados e sem usos “modernos”. Isso se deve ao fato de que o discurso autorizado do Patrimônio, que elege o que é categorizado como “patrimônio”, ainda é permeado, muitas vezes no senso comum, que os bens patrimoniais estariam restritos a um ideal do belo, do antigo e do consensual aceito pela visão conservadora ocidental e eurocêntrica. Esse mesmo discurso é o mesmo que ignora ou afasta pessoas, lugares, artefatos e tradições que não estão associados a uma elite econômica e cultural, ou não permitem recordar e trazer em primeiro plano os patrimônios incômodos ou dissonantes que fogem de formas estéticas e históricas tradicionais, os de classes subalternas.

O patrimônio industrial é um dos que resiste a esses olhares e faz parte das aparições das ampliações conceituais que vêm acontecendo nos últimos anos por órgãos internacionais como a UNESCO, uma vez que ela contempla alguns dos monumentos incluindo-os na lista de Patrimônio da Humanidade. Foi o caso, no final dos anos 1970, quando a organização inscreveu a Wieliczka Salt Mine, na Polônia, em 1978, como Patrimônio Mundial. Todavia, ainda há um grande desafio a entender: até que ponto as pessoas, comunidades, eventos e lugares que constituem o patrimônio da classe trabalhadora aparecem como protagonistas nas relações fabris? E quando, sistematicamente sub-representados, haveria esforços por parte da produção de pesquisas e de políticas de terem as suas memórias e representações reconhecidas pelo poder do discurso autorizado do patrimônio cultural?

A Assembleia Geral do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - TICCIH, em 2003, realizada em Nizhny Tagil, na Rússia, organizou e definiu o conceito de patrimônio industrial, que se tornou ponto de partida para a preservação dessa tipologia patrimonial. No conceito definido na Carta de Nizhny Tagil foram considerados os valores histórico, tecnológico, social, arquitetônico e científico, incluindo, assim, como vestígios da cultura industrial, os locais de produção como os edifícios e máquinas, armazéns, e tantos outros locais onde aconteceram dinâmicas sociais relacionadas com a indústria, além dos lugares de sociabilização e de habitação.

Para uma compreensão mais abrangente, é necessária uma abordagem mais inter e multidisciplinar. Em que os documentos, os artefatos, e as paisagens criadas de forma

processual pela interação humana ou com a natureza, permitam tanto a interferência dos processos industriais na sociedade, como proporcionem uma leitura para além do passado, mas sim a partir de um presente que mostra irregularidades, explorações, incertezas e desigualdades, sobretudo sobre a história das trabalhadoras e trabalhadores.

Dentro dessa agenda de investigação, pesquisas recentes têm buscado pensar a produção/elaboração dos patrimônios culturais em suas articulações com a memória dos processos de trabalho e das experiências de organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras, em diferentes contextos produtivos, espaços e temporalidades. Os novos usos e apropriações do patrimônio industrial corporificados pelas diferentes configurações da memória e pelos imperativos da patrimonialização/musealização, é um dos lugares possíveis para se pensar essas questões.

A preservação dos vestígios, tanto materiais como imateriais associados à cultura industrial, levantam questões que perpassam desde a identificação das estruturas remanescentes como bens a serem protegidos e preservados - passando pelos desafios de sua conservação frente as novas lógicas das cidades contemporâneas - às maneiras pelas quais estas estruturas, bem como as memórias destas resultantes, têm sido significadas e ressignificadas. Esvaziadas de suas funções originais, áreas portuárias, galpões, fábricas, usinas, oficinas, minas, centros de geração, transmissão e distribuição de energia, estações e vilas ferroviárias, pontes, vilas operárias, sindicatos, clubes operários, bares, estádios e outros espaços de vida e luta das classes trabalhadoras vão ganhando novos usos e novos valores a partir de outras temporalidades. Temporalidades não mais marcadas pela lógica da produção, da distribuição, do trabalho, e das diferentes experiências e formas de luta das classes trabalhadoras, mas por novas maneiras pelas quais as sociedades – à luz das demandas do tempo presente e seus agentes - vão encontrando de se relacionar com o passado e com o seu próprio tempo.

Este dossiê, para além de reunir pesquisas com memória e patrimônio, patrimônio industrial, ferroviário, não fala apenas de estruturas físicas, mas envolve pensar pessoas, trabalhadores e trabalhadoras como participantes plenos, que captam a realidade da vida e da cultura das classes trabalhadoras construída ao longo do tempo. A questão que frequentemente surge não é apenas qual patrimônio é melhor preservar, mas como o reconhecimento desse patrimônio tem impactado no conhecimento e no reconhecimento das comunidades.

Logo, os artigos aqui ecoam para novas formas de estudar a classe trabalhadora e o mundo do trabalho, se debruçando sobre os vestígios da cultura industrial, como as experiências vividas e vozes de trabalhadores e trabalhadoras, fornecendo um local para

conversação e oportunidades de colaboração entre estudiosos, artistas, associações, sindicatos e trabalhadores que representam uma ampla gama de abordagens. Assim, os novos estudos críticos sobre a classe trabalhadora são críticos também do patrimônio, que exigem reconhecer o dissonante, o conflitante, e não apenas identificar os valores e os significados culturais que os locais e práticas patrimoniais podem ter, afinal para além de conhecer e valorizar, o patrimônio deve ser ferramenta de intervenção, crítica social e de mobilização política.

Nesse sentido, o dossiê que se segue é pautado pelo objetivo de apresentar resultados de pesquisas que focaram a reflexão sobre o Patrimônio industrial em suas relações com o mundo do trabalho, envolvendo reflexões sobre processos de preservação, patrimonialização e re-usos de espaços associados à memória do trabalho e das trabalhadoras e dos trabalhadores. Os cinco artigos aqui, de especialistas de diferentes áreas, como da História e da Arquitetura e Urbanismo, contribuem para esse debate à medida que respondem à inquietude de retomar um passado que escapa da ideia do patrimônio como parte do discurso dominante.

Abrindo a seção de artigos, iniciamos com o texto *Caminho fabril: percursos entre memórias do trabalho e patrimônios industriais (Rio Grande/RS)*, de Olivia Silva Nery e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. As autoras apresentam um mapeamento dos estabelecimentos industriais na cidade de Rio Grande durante o período de 1873-2000, bem como registram memórias orais sobre o passado e a rotina fabril desse lugar a partir de documentos administrativos do município, almanaques industriais e comerciais, depoimentos recolhidos através de formulário, resultando em um mapa virtual e uma discussão que operacionaliza importantes categorias, como “memória do trabalho” e “patrimônio industrial”.

As memórias tratadas pelas autoras não se referem apenas aos aspectos físicos, mas consideram a parte intangível do patrimônio industrial, caracterizada como um dos principais componentes narrativos sobre a memória do trabalho industrial e da identidade local. Essa intangibilidade da memória do trabalho leva-nos à compreensão que envolve o patrimônio industrial não estar restrito às fábricas, mas inclui outros locais e vivências que se relacionam com a vida fabril.

Na sequência, temos as discussões sobre a imaterialidade das memórias do trabalho e das trabalhadoras e dos trabalhadores com o texto *Quando a fábrica se converteu em Shopping Center: patrimônio e memória dos trabalhadores de Sorocaba/SP*, de Carlos Carvalho Cavalheiro. Tomando como recorte espacial a cidade de Sorocaba, interior paulista, conhecida no passado como “Manchester Paulista”, as

construções das antigas tecelagens, em arquitetura inglesa, converteram-se em shopping centers ou hipermercados. O autor busca discorrer sobre o uso social do patrimônio cultural dos trabalhadores e como se pode produzir, a partir de estratégias que busquem problematizar a constituição de patrimônios imateriais e materiais, outras articulações para a constituição de uma memória emancipadora da classe operária. Nesse itinerário, ganha destaque a análise da discussão sobre o direito ao passado e a crítica das versões “oficiais” da memória.

O artigo *Nas ruas, becos e fábricas da cidade: o bumba meu boi como espaço de sociabilidade dos trabalhadores de São Luís-MA (1872-1920)*, de Carolina Martins, trata sobre as relações entre o mundo do trabalho e o universo da cultura popular. Tomando como recorte espacial a capital do estado do Maranhão, a autora compreende que os cordões de bumba meu boi, assim como outras organizações instituídas por trabalhadores, como as associações mútuas e irmandades católicas, eram também uma importante forma de associativismo instituída pelos trabalhadores na cidade. Logo, a autora nos leva a aproximarmos das diferentes esferas de sociabilidade dos sujeitos, percebendo o impacto das ofertas de trabalho sobre elas para a população pobre da cidade.

Na sequência, o texto de Claudiana Cruz dos Anjos, *Preservação do patrimônio cultural ferroviário do Piauí, uma questão de moradia*, problematiza a ideia de preservação e reuso de estruturas associadas à cultura industrial no país, passando pelas políticas de preservação e habitação no Brasil. Tomando como objeto de estudo o patrimônio ferroviário, mais especificamente as edificações residenciais da antiga Estrada de Ferro do Piauí, estado do Nordeste, a autora problematiza o habitar no patrimônio, entendendo-o como um fenômeno sociocultural e como caminho para valorização das edificações, da função de moradia e seus habitantes, a fim de que os patrimônios sejam conservados e façam parte do cotidiano das pessoas do lugar.

Nessa agenda de investigação, que busca pensar novos usos para os patrimônios industriais, temos o texto de Janaina Cardoso de Mello, *Museografia do trabalho e ensino em um barco museu: a fragata Presidente Sarmiento (Buenos Aires, Argentina)*. Pautada nas discussões relativas à Educação patrimonial, e partindo de fontes arquivísticas, sites oficiais, artigos, teses, iconografia, entre outros. Além de uma visita técnica de natureza exploratória, observatória e o registro fotográfico *in loco*, a pesquisadora aborda sobre a transição da embarcação militar funcional, de 1872, em patrimônio cultural e barco museu no século XX, tomando como objeto de pesquisa a fragata da Marinha “ARA Presidente Sarmiento”, como integrante da paisagem, do turismo, do ensino, educação patrimonial e da história náutica da Argentina.

Para fins desta apresentação, destacamos os elementos que se constituíram indicadores com os quais podemos ler não só as fábricas da memória, mas nos permite construir uma análise de como se fabricam as narrativas e as representações que formam os esquemas de análise para pesquisas com memória e patrimônio fabril, ferroviário ou que se relacionem com as molduras da memória, dos afetos e das experiências de vida, compreendidos tanto no sentido material quanto no intangível.

Os desafios abertos por esse dossiê estão em aprofundar questões principalmente em torno da autorrepresentação da classe trabalhadora na História e nas políticas patrimoniais e a relação com outras tipologias de patrimônio, como o industrial, ou, por exemplo com o conceito de “patrimônio imaterial” que tem recebido cada vez mais atenção desde a redação da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Outros estudos, como o caso de entender as comemorações, as lembranças e esquecimentos a partir das estratégias usadas pelo Estado para controlar a memória de um lugar, constituindo um passado de exclusão é pensar em desenvolver uma memória pública que questione um passado patriótico ou nacionalista. Os usos políticos do patrimônio cultural relacionado ao mundo do trabalho podem ser observados também em roteiros prontos de centros históricos definidos para visitantes, apresentações turísticas, apresentações de guias e exposições em museus.

Como revelam os artigos deste volume, os bens culturais da classe trabalhadora não resistem apenas no sentido de “livrar” essas identidades do esquecimento, mas estar em não deixar que a herança desses sujeitos, seja qual for sua forma, permaneça dissociada de projetos contemporâneos, de uso e usufruto do patrimônio, e da garantia dos direitos à memória e à de poder existir e resistir em centros urbanos que constantemente sofrem apagamentos. Com base nesses novos estudos do patrimônio, podemos ressignificar conceitos como memória social e história pública do trabalho, assim como possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras, as comunidades e as organizações possam ser percebidas a partir da reflexão sobre o passado constituído para reavaliar o presente e construir um futuro mais democrático em que as histórias possam ser contadas, apropriadas e revisitadas. O presente número objetiva convidar o leitor/leitora a refletir sobre o mundo do trabalho e o patrimônio cultural, para que esse campo seja cada vez mais estudado e aprofundado. Boa leitura!